



## **A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NA COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Jeferson Tonin e José Tobias Marks Machado<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o positivismo e a colonização do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Na literatura existem trabalhos que apontam para esta perspectiva de influência positivista na colonização do interior do Rio Grande do Sul. Todavia, certamente há nesta região especificidades que merecem destaque, dado que o processo de colonização, grosso modo, foi bastante heterogêneo. Apesar de ser uma filosofia criada na França, o positivismo teve muito mais sucesso no Brasil, e principalmente no Rio Grande do Sul, que no seu país de origem, de maneira que a historiografia sobre o Rio Grande do Sul tem sido unânime em destacar a importância desta presença junto às esferas decisórias do poder estatal durante a assim chamada República Velha. Um ponto importante para este trabalho é o fato de que a política de colonização durante a República Velha teve espaço central em seu projeto político, principalmente pelo fato de que buscou colonizar regiões antes desimportantes do ponto de vista econômico, como a região noroeste do estado, por exemplo, assunto do próximo tópico. A presente análise foi realizada com base em indicadores criados para melhor interpretação de determinada realidade. A partir da análise realizada neste trabalho é possível perceber que o positivismo teve grande influência na colonização do noroeste do RS, principalmente no que se refere à organicidade e planejamento das colônias, à atuação da Igreja Católica e, indiretamente, a presença do Estado no período inicial.

**Palavras-Chave:** Augusto Comte. Cerro Largo. São Pedro do Butiá.

### **ABSTRACT**

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o positivismo e uma colonização do noroeste do Rio Grande do Sul. Na literatura e trabalhos que apontam para esta perspectiva de influência positivista na colonização do interior do Rio Grande do Sul. Todavia, há uma grande variedade de especificações que merecem destaque, dado que o processo de colonização, grosso modo, foi bastante heterogêneo. Apesar de ser uma filosofia criada na França, o positivismo teve muito mais sucesso no Brasil, e principalmente não Rio Grande do Sul, que não seu país de origem, de maneira que historiografia sobre Rio Grande do Sul tem sido unânime em destacar a Importante desta presença junto às esferas decisórias do poder estatal durante a assim chamada República Velha. Um ponto importante para o trabalho e o fato de uma política de colonização durante a República Velha teve espaço central em seu projeto político, principalmente pelo fato de que buscou colonizar regiões antes desimportantes do ponto de vista econômico, como a região noroeste do estado, Por exemplo, assunto do próximo tópico. A presente análise foi realizada com base em indicadores criados para melhor interpretação de realidade. A partir da análise realizada neste trabalho é possível perceber que o positivismo teve grande influência na colonização do noroeste do RS,

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, estrando em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS.



principalmente no que se que se requeira a orgânica e planejamento das colônias, à atuação da Igreja católica e indiretamente, uma presença do Estado Não há período inicial.

**Key-Words:** Augusto Comte. Cerro Largo. São Pedro do Butiá.

## INTRODUÇÃO

Todavia, a colonização do Rio Grande do Sul foi um processo bastante heterogêneo, uma vez que não ocorreu apenas em um dado momento e a cada nova frente de colonização surgiam características peculiares e, certamente, condicionadas ao contexto histórico-político em que foram efetivadas. Um dos primeiros núcleos de colonização, segundo Witt et al. (2015), seria onde localiza-se o município de São Leopoldo e ocorreu no ano de 1824. Este município faz parte do que hoje se conhece como “Colônias Velhas” ou “Antigas Colônias”.

Após a colonização de boa parte das porções de mata próximas aos centros urbanos (Porto Alegre), o aumento populacional e a superutilização das terras possibilitou, como aponta Miguel (2013), a migração de jovens agricultores descendentes dos primeiros imigrantes instalados em direção às outras terras florestadas. Os núcleos desenvolvidos a partir deste movimento, principalmente nas primeiras décadas do século XX, ficam conhecidas como “Colônias Novas”. Dentre as colônias novas, destacam-se os municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá, ambos localizados no noroeste do estado do RS e ambos marcados pelas grandes extensões de florestas em sua paisagem.

Este período em que as Colônias Novas vão sendo instaladas (final do século XIX e primeiras décadas do século XX) coincide com um momento político importante para o Rio Grande do Sul: o período no qual o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) passa a ocupar o governo. O PRR, conforme destaca Caron e Tedesco (2012), passou a colocar em prática diretrizes positivistas tanto no campo da gestão pública e das ações governamentais, como nas de desenvolvimento econômico.

Certo está que o positivismo exerceu grande influência política no Rio Grande do Sul durante nesta época, sendo que a colonização compõe uma das linhas estratégicas identificadas pelo filiados ao PRR no que se refere ao desenvolvimento econômico do estado. A influência do positivismo no movimento de colonização em algumas regiões do estado durante este período já é assunto relatado na literatura (CARON e TEDESCO, 2012; SPONCHIADO, 2000; AXT, 2002; SPONCHIADO, 2013).



No entanto, é pertinente destacar que estes estudos não contemplam especificamente os municípios aqui destacados, existindo certamente alguns elementos que podem ser incorporados nesta discussão. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o positivismo e a colonização do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Para isso, serão considerados dados relacionados a dois municípios que compõem essa região: Cerro Largo e São Pedro do Butiá. Esse trabalho está estruturado em quatro tópicos, além desta introdução e das considerações finais, de modo que o primeiro tópico busca descrever o positivismo enquanto teoria elaborada por Comte. O segundo se refere às influências do positivismo no contexto brasileiro e gaúcho ao passo que o terceiro, por sua vez, aborda o tema relacionado a questão de terras na República Velha e, por fim, no quarto tópico, utiliza-se de alguns indicadores para compreender o quão importante foi o positivismo no processo de colonização no noroeste do RS.

## **AUGUSTO COMTE E O POSITIVISMO**

O pensamento positivista elaborado por Comte estruturou-se em torno de três temas básicos: 1) uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (o pensamento positivo) deve imperar entre os homens; 2) uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva; 3) uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições (GIANNOTTI, 1978).

Em relação ao desenvolvimento da inteligência humana (primeiro tema), Comte cunhou a teoria chamada “lei dos três estados”. Essa teoria será importante para os capítulos posteriores deste trabalho, principalmente ao abordar o tema referente aos “nativos” na colonização, e, em síntese, significa que cada uma de nossas concepções principais passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: teológico (o espírito humano explica os fenômenos como tendo sido produzidos pela ação de seres sobrenaturais), metafísico (é uma fase de transição e a explicação se dá não mais por forças sobrenaturais, mas sim ocultas ou abstratas) e positivo (onde são abandonadas a imaginação e a argumentação e são substituídas pela observação, única base possível dos conhecimentos verdadeiramente acessíveis sabiamente adaptados à nossas necessidades reais) (SIMON, 1986).

No âmbito do objeto deste trabalho, uma das principais contribuições de Comte está inserida no último tema apresentado anteriormente e diz respeito à organicidade da sociedade. Ao afirmar que a existência social estava baseada em princípios morais, Comte defendia que



as crises sociais resultariam da anarquia intelectual, da ausência de uma filosofia capaz de fixar os princípios básicos que orientassem a ação coletiva e individual, ou seja, pretendia que ela se tornasse o esteio da reorganização social à medida em que oferecesse um princípio único capaz de disciplinar o desenvolvimento das ciências, de orientar o pensamento pelas diversas áreas de sua atuação (MADUREIRA, 2005).

Convém lembrar o sentido da frase cunhada por Comte na qual sua concepção de ordem está exposta: “O amor vem por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Nesta frase, conforme descreve Soares (1998), o amor, simpatia universal, é o sentimento que melhor explica a unidade humana: o homem é um ser que gravita compulsivamente para seus semelhantes pelo afeto. Ordem, nesse caso, não significa disciplina, mas respeito aos princípios invariáveis ou conjunto de leis que regem o mundo e a humanidade e, finalmente, o Progresso tem sua semântica particular, uma vez que não significa desenvolvimento material, mas aperfeiçoamento das instituições sociais.

Dessa forma, o avanço industrial e a imperiosa necessidade de contínuo desenvolvimento das ciências tornavam imprescindível o desenvolvimento de uma moralidade capaz de compatibilizar os imperativos da razão com os da política, assegurando a criação e a manutenção de uma ordem social associada ao permanente progresso (MADUREIRA, 2005). Para isso, Comte cria a Sociologia – inicialmente chamada de Física Social – que possui na “humanidade” seu objeto de estudo. A Sociologia, de sua ótica, pode ser concebida enquanto estática e dinâmica. A primeira toma a sociedade como um todo harmonioso e global, onde funcionam os diversos fatos sociais, ou seja, estuda a *ordem* social. A última, por sua vez, estuda o desenvolvimento ordenado da sociedade, de acordo com leis sociais naturais, isto é, o *progresso* (SIMON, 1986). É principalmente a partir destes pressupostos que o positivismo exerce grande influência no contexto político brasileiro.

## **O POSITIVISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NO RS**

Desde 1850, a cúpula militar vinha sofrendo a invasão, lenta, mas eficaz, do positivismo enquanto filosofia republicana e antiescravagista, além de estar também em curso um processo de formação de uma classe militar separada dos civis, com visão de mundo própria e fortemente contrária ao predomínio dos "legistas" (ALONSO, 1995). Para este autor, esta antipatia com a condução da política pelos bacharéis irá unir a nova elite intelectual emergente, formada por positivistas "científicos" e militares.



O positivismo, no Brasil, era considerado a única doutrina capaz de demonstrar que as grandes transformações sociais se devem operar pacificamente, de modo que suas propostas indicavam a necessidade de implementar um conjunto de reformas educacionais como instrumento de modernização da sociedade brasileira, ou seja, defendiam uma reforma a sociedade, a partir de uma nova hegemonia política e social, em que a formação da moral e do caráter deveriam ser ensinadas desde os primeiros anos da criança (SILVA, 2004).

Assim, apesar de ser uma filosofia criada na França, o positivismo teve muito mais sucesso no Brasil que no seu país de origem. Tanta importância teve o positivismo no Brasil que até hoje existe o que é chamado de arquitetura positivista, referindo-se aos prédios que foram mandados construir por aqueles que estavam no poder durante a República Velha (OLIVEN, 2001). Esta arquitetura está presente principalmente no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, cidades que, inclusive, até os dias de hoje sustentam seus templos positivistas, dada grande influência destas ideias no final do século XIX e início do século XX.

O positivismo, considerado no continente europeu sinônimo de conservadorismo, adotou no Brasil – e mais especificamente no Rio Grande do Sul – uma fisionomia *progressista* que se fez presente em ideais abolicionistas, de industrialização, no federalismo, etc. (CARON e TEDESCO, 2012). Assim, a historiografia sobre o Rio Grande do Sul tem sido unânime em destacar a importância desta presença junto às esferas decisórias do poder estatal durante a assim chamada República Velha, identificando o peso de sua influência sobre a conformação das nossas instituições republicanas (AXT, 2002).

Nesta época, portanto, chegou ao poder um novo grupo de dirigentes (do Partido Republicano Riograndense) com um projeto político destinado a modernizar o estado, de modo que os republicanos gaúchos assumiram amplamente a perspectiva positivista de Augusto Comte, baseada na concepção de uma estrutura social hierárquica e com objetivo de preservar a ordem social e política, configurando-se numa organização rígida, na qual a parte subordina-se ao todo (NASCIMENTO, 2007). Assim, para o autor, elaborou-se um discurso de preservação da ordem vigente, da estrutura social e da autoridade dominante, defendendo o poder estabelecido contra qualquer investida de mudança.

Assim, a partir do Programa do Partido Republicano Rio-Grandense e da Constituição de 1891, as bases para o progresso do Estado Sul Riograndense estavam alicerçadas nas seguintes medidas: a diversificação econômica, o desenvolvimento dos meios de transporte e uma preocupação social que estava subentendida no programa de imigração e na incorporação do proletário à sociedade (RODRIGUES, 2009).



Quando os republicanos assumiram o poder político no Rio Grande do Sul não houve mudança brusca na política econômica, conseqüentemente também no meio agrário e no processo de ocupação e povoamento do estado, possivelmente pelo fato de ainda não estarem consolidados no governo, o que aconteceu somente a partir de 1895, após superar os conflitos internos (NASCIMENTO, 2007).

Neste período, para Rodrigues (2009), foram organizadas reformas pelo governo estadual que contribuíram para o desenvolvimento econômico, elaboradas como teses financeiras e econômicas colocadas em prática pelo governo do PRR, com o intuito de diversificar a economia e deter o total controle sobre a economia gaúcha, ou seja, desta forma o progresso era entendido como o estado positivo, a idade industrial conduzida pelos interesses econômicos.

No entanto, algumas ponderações precisam ser feitas. A Constituição castilhistas fugiu às orientações de Comte em alguns aspectos. Na concepção da Assembléia, primeiramente, Comte sugerira um órgão independente e estruturado a partir de eleições indiretas que contemplassem os estratos corporativos da sociedade, mas Castilhos criou um parlamento esvaziado de competências legislativas e composto através de eleições diretas, indiferentes às corporações, cuja organização sequer foi incentivada em seu regime (AXT, 2002).

Todavia, a partir da influência positivista acentuou-se a necessidade de uma renovação moral, tantas vezes mencionado na documentação do governo estadual, principalmente quando se referiam à ocupação das terras públicas (NASCIMENTO, 2007). Quanto a isso, o autor ainda destaca que nos anos iniciais em que o PRR ocupa o poder, a política de povoamento/colonização continuou centrada nos locais tradicionais, com poucas atividades em novas regiões, mantendo o vale do rio Uruguai em segundo plano. Essa política começou então a ser gradualmente modificada na virada do século e acentua-se quando da entrada de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização, em 1908, fato esse que merece destaque neste trabalho, dada a importância que teve no processo de colonização do Rio Grande do Sul na República Velha.

## **A QUESTÃO DA TERRA NA REPÚBLICA VELHA GAÚCHA**

Durante o período em que o Partido Liberal – liderado por Gaspar Silveira Martins – esteve à frente da província, não houve, por parte do mesmo, preocupação em adotar uma regulamentação que possibilitasse o ordenamento da questão agrária, de modo que esta era



reflexo da desorganização existente em todo o Brasil, uma vez que apenas em 1850 foi promulgada a primeira lei de terras nacional (CARON e TEDESCO, 2012)

No entanto, a partir da entrada do PRR no governo do estado esta política passa a ser gradualmente alterada, principalmente em função dos traços positivistas que influenciavam os dirigentes do partido. Na questão de terras, o período mais importante é protagonizado por Torres Gonçalves, um adepto do positivismo que foi convidado para assumir, na condição de diretor, a Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas.

O projeto Castilhistas-Borgistas, como já mencionado anteriormente, procurou formular estratégias para o “progresso” na República Velha Gaúcha, e a Diretoria de Terras e Colonização foi fundamental, pois tratava da questão fundiária do Estado e fazia parte de um dos projetos de modernização no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2009).

Na visão do engenheiro Torres Gonçalves, os trabalhos ligados à terra tinham por destino imediato o desenvolvimento da ordem na propriedade territorial. Ao passo que os trabalhos afetos à colonização, florestas e agropecuária eram diretamente relativos ao progresso (SPONCHIADO, 2000). A partir de 1914, aponta este mesmo autor, o engenheiro fazia ver a necessidade de um serviço mais sistemático de Colonização do Estado.

A política de imigração, que tinha como finalidade trazer mais braços para o projeto de modernização do Estado, vai por muitas vezes estabelecer imigrantes (também chamados de “pioneiros”) em áreas antes ocupadas por populações nativas. Isto nos remete à ideia de que tanto o colono quanto o nativo estavam nos planos do Governo Estadual, dentro do movimento de progresso que estava em marcha. O nativo deveria se adaptar a este novo contexto. Para tanto, são estabelecidas as zonas de contato (RODRIGUES, 2009). Quanto a esse aspecto, surge um elemento importante nesta discussão: a questão dos nativos.

Esta configuração expressa claramente um ideal Comteano no sentido de desenvolver a questão social, nesse caso para os povos nativos de modo geral, fomentando a integração entre estes e os recém-chegados imigrante. Lembremos aqui da “lei dos três estados”, na qual todos podem alcançar o “espírito positivo” e isso certamente vale para os povos nativos em questão. É pertinente destacar que este era apenas o posicionamento do Estado e de modo algum significa que o processo de colonização foi assim efetivado, como trataremos adiante.

Como foi possível perceber, a política de colonização durante a República Velha teve espaço central em seu projeto político, principalmente pelo fato de que buscou colonizar regiões antes desimportantes do ponto de vista econômico, como a região noroeste do estado, por exemplo, assunto do próximo tópico.



## A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES

Para discussão referente à influência do positivismo na colonização da região noroeste do Rio Grande do Sul utilizar-se-á de um índice que foi construído com base em cinco indicadores, de forma que cada indicador receberá uma nota em função das características que foram observadas na região de estudo. A nota final (soma dos indicadores) possuirá uma escala de 0 a 10, sendo que: notas entre 0 e 2,5 significam influência muito baixa, notas entre 2,6 e 5 significam influência baixa, notas entre 5,1 e 7,5 significam alta influência e notas entre 7,6 e 10 significam influência muito alta.

Estes indicadores estão classificados em 3 dimensões: social (lotes com acesso a água e estradas; planejamento e estrutura organizacional; inserção dos nacionais), política (presença do Estado) e institucional (presença da Igreja). A dimensão social possui peso total igual à 5/10, a dimensão política possui peso 3/10 e, por fim, a dimensão institucional possui peso 2/10 totalizando nota máxima igual à 10. Como se percebe, o indicador da dimensão social é dividido em subindicadores, tendo cada um deles peso específico (lotes com acesso a água e estradas = 2/5; planejamento e estrutura organizacional = 2/5; inserção dos nacionais = 1/5).

Na dimensão social, considerou-se que a demarcação de lotes que tivessem acesso a água e estradas e o planejamento e estrutura organizacional são características importantes que condicionam a influência do positivismo, uma vez que representa a necessidade de organicidade do núcleo de colonização, para que dessa forma tenha condições de inserir-se no processo produtivo e contribuir com o desenvolvimento econômico do estado. Além disso, a inserção dos nacionais nos projetos de desenvolvimento foi considerada em função de que fazia parte do discurso positivista do estado a ideia de que a todos deveriam ser fornecidas condições para que se alcance o “espírito positivo”. Estes aspectos foram bem discutidos por Sponchiado (2000).

Na dimensão política, por sua vez, a presença do Estado é tida como fundamental, uma vez que, nesta visão, era o Estado quem deveria mediar o processo de ocupação das terras (SPONCHIADO, 2000). Por fim, a dimensão institucional é apoiada na presença da Igreja (uma das instituições principais à época) nos núcleos de colonização. Embora os adeptos do positivismo não mantinham, via de regra, estreitas relações com a Igreja (Católica, neste caso), este aspecto foi importante para o ordenamento da sociedade, dada a religiosidade dos imigrantes, conforme descreve Hentschke (2015).



## A COLONIZAÇÃO DO NOROESTE DO RS

Como já mencionado no presente texto, existem alguns trabalhos que se debruçaram a compreender o processo de colonização de algumas regiões da metade norte do estado, no entanto, para a região da qual fazem parte os municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá há pouco acúmulo nesse sentido. Para esta discussão é necessário retomar, mesmo que muito brevemente, parte da história destas localidades e, a partir de então, abordar alguns elementos que se relacionam com a doutrina positivista.

Conforme trabalhos realizados nos municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá (MACHADO et al., 2016; TONIN et al., 2016), a colonização efetiva se deu nos anos de 1902 e 1907 respectivamente. É pertinente destacar que a colonização destes dois municípios não foi realizada de forma conjunta, mas as características gerais em muito se assemelham. De modo geral, os imigrantes que chegaram nesta região eram oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul (Colônias Velhas), que foram formadas ainda na primeira metade do século XIX em regiões próximas de Porto Alegre. Embora houvessem descendentes de outras etnias, predominavam aqueles de origem alemã, de modo que essa cultura até hoje é marcante na região.

Para que as famílias pudessem ocupar seus respectivos espaços, havia as comissões de colonização, que certamente chegaram alguns anos antes, uma vez que algumas condições mínimas eram necessárias para que para lá as famílias fossem alocadas, ou seja, o início deste processo remonta aos últimos anos do século XIX. A comissão de colonização era responsável, dentre outras coisas, pela avaliação e pelo levantamento de informações sobre a área que seria objeto de colonização, para que então os lotes fossem demarcados.

Quanto à **demarcação dos lotes**, na dimensão social da análise, é preciso destacar que cada lote tinha aproximadamente 25 hectares (uma colônia de terra), diferente do que ocorreu nas antigas colônias, onde o tamanho de cada lote poderia chegar até 75 hectares. A comissão contava também com um agrimensor, que era responsável pela demarcação dos lotes. Neste processo – de demarcação – vale lembrar que era levado em consideração o acesso a água e também a estradas, que ligava estes núcleos com outras regiões. Além disso, o município está localizado entre dois rios muito importantes na região (Ijuí e Comandá).

Esta é uma característica importante na colonização do Noroeste riograndense, pois, como afirma Sponchiado (2000), questões relacionadas com a água e o acesso a estradas não eram consideradas quando o processo de colonização ocorrera no período imperial. O autor



apresenta ainda um relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1909 que aborda sucintamente como deveria ser realizada a divisão dos lotes. Neste trecho do relatório fica claro que apenas após levantamento dos cursos de água principais e projetadas as estradas de rodagem, se procederia à divisão em lotes, não mais com orientação uniforme como nas antigas colônias, mas orientadas segundo as estradas de rodagem projetadas e os cursos de água, de modo a disporem todos de viação fácil, e, quanto possível, de aguadas abundantes.

Desse modo, atribuiu-se nota 1,8 (de um máximo de 2) para este critério, já que a grande maioria dos lotes de ambos municípios obedece a este critério. No entanto, é preciso destacar que há algumas regiões, principalmente no município de São Pedro do Butiá, em que esta divisão não foi observada. Do ponto de vista de uma visão positivista, esta questão é importante, pois, como mencionado anteriormente, as condições de inserção dos indivíduos em determinado contexto devem ser similares.

Outro ponto que foi considerado neste trabalho diz respeito ao **planejamento e estrutura organizacional**. Nestes municípios, estes aspectos são muito evidentes, de forma que em ambos é possível encontrar uma praça central, que é, invariavelmente, cercada pela igreja e pelo salão paroquial (onde realiza-se as festas). Além disso, a forma como foi realizada a colonização nestes municípios chegou a ser tratada como modelo para os demais núcleos populacionais.

Uma boa estrutura para o núcleo urbano é vista com bons olhos, uma vez que imprime o significado de organicidade da comunidade, que tão importante é aos positivistas. Em seu trabalho, Fernandes (2004) afirma que a manutenção de uma ordem social é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, conforme afirmava Comte e também Durkheim.

Um caso interesse que merece ser citado aqui refere-se a fundação da colônia de Erechim, ao norte do estado. Segundo Caron e Tedesco (2012), esta colônia foi fundada em outubro de 1908, e, por ser uma colônia planejada, já apresentava um programa para sua organização, o que em muito contribuiu para o progresso econômico da mesma. Ressalta-se aqui a importância da Ordem para que seja alcançado o Progresso. Estes princípios, embora não tão destacados como na colônia de Erechim, estão presentes no município de Cerro Largo e São Pedro do Butiá, visto que houve também, além das questões já citados, uma demarcação dos lotes urbanos e uma certa divisão do trabalho na construção de estradas, por exemplo.

Sponchiado (2000), através da análise de alguns relatórios escritos por Torres Gonçalves, discorre sobre o interesse do governo estadual na formação destes novos centros urbanos, para que estas regiões deixassem de ser apenas lugares à margem do progresso e



passassem também a protagoniza-lo. Diante da situação observada nestas localidades adotou-se nota 1,8 (de um máximo de 2) para este indicador, já que, embora houvessem lugares em que esta configuração organizacional é mais evidente, como é o caso da Colônia de Erechim, por exemplo, os municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá também se destacam neste sentido.

A **inserção dos nacionais** – ou nativos – no processo de colonização é um elemento caro aos positivistas, principalmente na pessoa de Torres Gonçalves, que tanto insistia, pelo menos em suas escritas, nesta causa, como demonstra Sponchiado (2000). A Secretaria de Terras do Estado já atestava o fato de os nacionais estarem sendo excluídos, de forma que obrigava que fosse canalizada parte das terras colonizadas aos denominados nacionais (CARON e TEDESCO, 2012).

É relevante lembrar que a demarcação de terras para os nativos se dá em larga escala na região norte, no entanto os nativos não recebiam registro oficial das terras demarcadas, o que veio a causar uma série de conflitos (RODRIGUEZ, 2009). A “proteção” aos nativos, para este mesmo autor, foi uma prática de tutela do Estado que tinha como objetivo enquadrar rapidamente os nativos à civilização, junto às colônias, símbolo do progresso.

Nos municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá, por sua vez, este processo de inserção dos nativos não foi observado. Ou seja, certamente esta parcela da população não foi considerada na distribuição dos lotes, provavelmente em função de que não dispunha de capital para aquisição. Assim, em grande medida foram adentrando cada vez mais as matas do norte do RS e sudeste de SC e habitando, geralmente, beiras de rio. Esta situação também foi observada na colonização do município de Erechim, conforme descreve Caron e Tedesco (2012): “compreenda-se que a colonização oficial nas colônias planejadas – dentre as quais a de Erechim – dar-se-ia na forma de pequenas propriedades destinadas aos imigrantes estrangeiros, e não aos chamados nacionais ou caboclos”.

Uma das causas desta não inserção dos nacionais no projeto de colonização em Cerro Largo e São Pedro do Butiá pode ser atribuída ao fato de que quem efetivou este procedimento foram as colonizadoras privadas e não do Estado. A colonização privada inicia no Rio Grande do Sul, em caráter oficial em 1897 e se estende até 1910 (RODRIGUES, 2009). Esta situação era de conhecimento de Torres Gonçalves, conforme aponta um de seus relatórios que foi descrito por Sponchiado (2000): “Estes colonizadores particulares [...] não observam a proteção devida aos nacionais que encontram nas terras, e antes os vão gradualmente afastando”. No entanto, esta situação não está de acordo com os princípios



positivistas, uma vez que estes defendem que todos devem ter condições de chegar ao “espírito positivo”. Em função disso, este aspecto recebeu nota 0 de 1 para os municípios de estudo.

Na dimensão política a **presença do Estado** foi avaliada em função de que para os positivistas e, especificamente, na visão do diretor da Diretoria de Terras e Colonização, era o Estado quem deveria proceder com a instalação de novos núcleos colonizadores, sendo este o único poder capaz de intermediar e regularizar as forças em ação, como as empresas colonizadoras ou grileiros que veem a terra como mercadoria e que visam somente ao lucro (SPONCHIADO, 2000). Nesse sentido, Rodrigues (2009) também afirma que, em relação às terras que deveriam ser disponibilizadas para a colonização, o Estado previa que os lotes deveriam ser vendidos diretamente aos colonos e não às Companhias Colonizadoras.

É sabido, no entanto, que nos municípios de Cerro Largo e São Pedro do Butiá foram companhias as responsáveis pelo intermédio e não o Estado diretamente. No entanto, mesmo assim a nota que foi atribuída a este aspecto, de um máximo possível de 3, foi 1,6. Esta nota, razoavelmente alta em função das condições recém descritas, se deve ao fato de que o Exército certamente esteve presente no período pré-colonização efetiva, sendo ele o responsável pela segurança e pela “abertura de caminhos” que as comissões viriam a utilizar. Um dos indícios desse aspecto refere-se aos nomes de algumas ruas destes municípios: Major Antônio Cardoso e Coronel Jorge Frantz em Cerro Largo e Castelo Branco em São Pedro do Butiá, por exemplo.

Por fim, a última dimensão considerada neste índice refere-se a dimensão institucional, na qual a **presença da Igreja** neste processo foi tratada como fundamental. Via de regra, a estreita relação que o positivismo manteve com o catolicismo durante a República Velha não era comum no Positivismo. No entanto, no Rio Grande do Sul este processo foi, de certa forma, atípico, uma vez que, pelo menos no âmbito da colonização, esta relação foi importante, principalmente no que se refere a própria organicidade no núcleo social.

Como descreve Hentschke (2015), “embora a Igreja e o Estado tenham permanecido separados a partir da adição da Constituição de 1891, as duas instituições colaboraram durante os 30 anos sob condições que Comte provavelmente teria aprovado, fortalecendo a família e a ordem social existente”. Os imigrantes alemães que chegaram onde hoje estão localizados o município de Cerro Largo e São Pedro do Butiá eram – e ainda o são – muito adeptos do catolicismo, sendo que a Igreja Matriz foi uma das primeiras obras iniciadas nestes municípios. Além disso, junto à comissão de colonização em Cerro Largo, por exemplo,



constava um padre: Helmut Smidt, que inclusive dá nome à uma das principais ruas do município. Assim, para este aspecto, atribui-se peso 2 de 2.

Dessa forma, o índice geral de influência do positivismo na colonização desta região foi de 7,2, ou seja, com base nos critérios previamente definidos trata-se de uma alta influência. Abaixo é possível visualizar tais indicadores (Figura 1).

Índice de influência do positivismo na colonização do noroeste do RS			
Dimensão	Indicador	Nota máxima	Nota atribuída
Social	Lotes com acesso à água e estradas	2	1,8
	Planejamento e estrutura organizacional	2	1,8
	Inserção dos nacionais	1	0
Política	Presença do Estado	3	1,6
Institucional	Presença da Igreja	2	2
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>7,2</b>

**Figura 1** - Índice de influência do positivismo na colonização do noroeste do RS. Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste trabalho é possível perceber a importância que teve o positivismo durante a colonização da região Noroeste do Rio Grande do Sul. Essa influência, no entanto, não foi ainda maior em função de que há alguns aspectos que são bastante importantes do ponto de vista da ação do Estado que não foram observados. Dentre estes aspectos destaca-se a não inserção dos nacionais nos projetos de colonização, os quais não foram inseridos neste processo e acabaram refugiando-se nas matas ao norte do RS. Além disso, não foi o Estado quem protagonizou o processo de colonização, mas sim as companhias colonizadoras. É verdade, no entanto, que o Exército esteve presente nos momentos iniciais como forma de garantir a segurança.

Todavia, a demarcação dos lotes em função do acesso a água e estradas, além do planejamento e da estrutura organizacional do centro urbano, são pontos muito importantes e que estão diretamente relacionados com a doutrina positivista neste período republicano sob a égide do PRR no RS. A atuação da Igreja Católica como forma de união e organização da colônia foi também muito importante e, neste trabalho, considerado como um dos aspectos que marcam a presença do positivismo neste processo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. **O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX**. Série Teoria Política: IEA/USP, v. 09, p. 1-18, 1995.

AXT, G. Os guardiães da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no RS. **Métis**, v. 1, n.2, p. 33-52, 2002.

FERNANDES, P. **Dinâmicas socioeconômicas e culturais de sustentabilidade de Santa Rita do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GIANNOTTI, J. A. Comte (1798 – 1857): Vida e Obra. In: GIANNOTTI, J. A. **Comte, Os Pensadores**, 1978.

HENTSCHKE J. R. **Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do estado e da nação no Brasil de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SILVA NETO, B. Situação e perspectivas da agricultura do município de Cerro Largo (RS): um estudo baseado na análise-diagnóstico de sistemas agrários. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 11, 2016, Pelotas, **Anais...**, Pelotas: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2016.

MADUREIRA, M. A. Elementos da filosofia de Auguste Comte. **Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 3, 2005.

MIGUEL, L. A. Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul. In: Séminaire franco-brésilien: Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France, 2013, Paris, **Anais...**, Paris: AgroParisTech, 2013.

NASCIMENTO, J. a. M. **Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEN, R. G. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n.2, 2001.

RODRIGUES, C. G. **Os “fetichistas” do Rio Grande do Sul sob a luz do progresso: a prática da Diretoria de Terras e Colonização**. Revista de História Regional, v. 14, n. 1, 2009.

SILVA, J. C. Utopia positivista e instrução pública no Brasil, **Revista HISTEDBR On-line**, n.16, 2004.

SIMON, M. C. O positivismo de Comte. In: HÜHNE, L. M. (Org.). **Profetas da modernidade**. São Paulo: SOFIA SEAF, 1986.



SOARES, M. P. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SPONCHIADO, B. A. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul,** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

SPONCHIADO, B. A. Um panorama da historiografia do Alto-Médio Uruguai. In: SPONCHIADO, B. A (org.). **Historiografia do Alto Uruguai.** Frederico Westphalen: CEDOPH, 2013.

TEDESCO, J. C.; CARON, S. M. O estado positivista no Norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). **História Unisinos**, v. 16, p. 220-231, 2012.

TONIN, J.; MACHADO, J. T. M. SILVA NETO, B. Problematizando o desenvolvimento rural a partir de uma análise do sistema agrário do município de São Pedro do Butiá/RS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 11, 2016, Pelotas, **Anais...**, Pelotas: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2016.

WITT, M. A.; RITTER, S.; BLUME, W. A. Abordagens comparativas: um estudo acerca das possibilidades de comparação na imigração. In: RADÚNZ, R.; HERÉDIA, V. (Org.). **140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: EDUCS, 2015.